

Plano territorial será revisado

FABÍOLA GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

O Governo do Distrito Federal (GDF) fará a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) depois de ouvir a população. Oito anos depois de lançado, o PDOT sofrerá reformulação urgente para adequar a

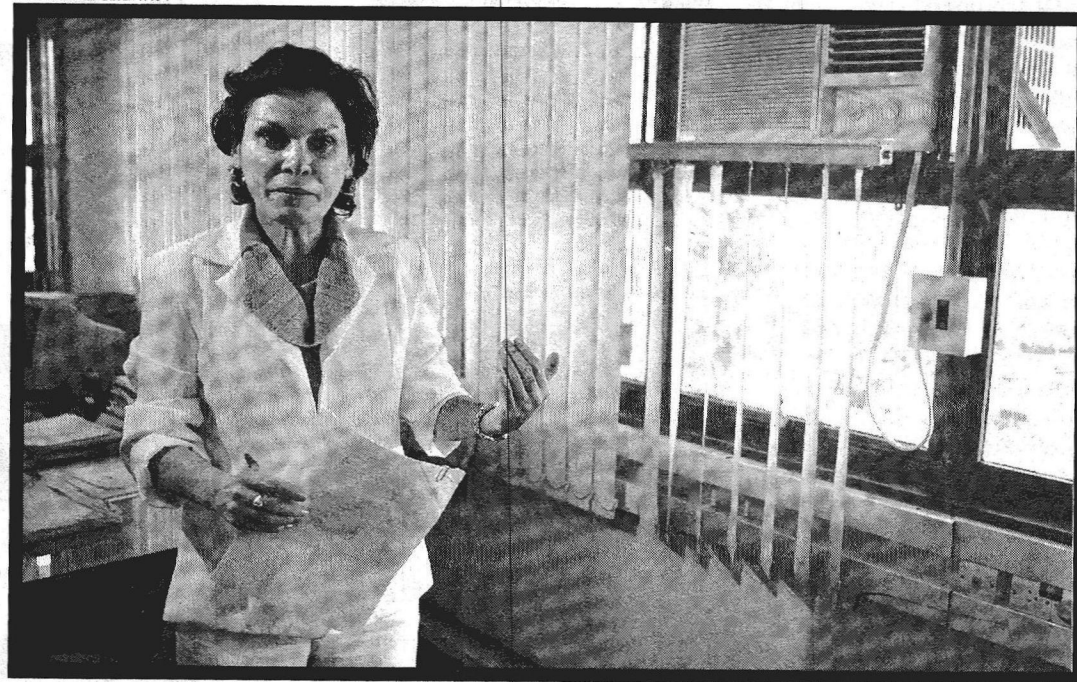
realidade de Brasília às normas territoriais. É ele quem define as estratégias e diretrizes de uso e ocupação do solo para todo o DF e as metas para a política territorial e urbana. Ontem, o governador Joaquim Roriz assinou decreto que cria a Comissão de Articulação Institucional para a revisão do PDOT. Entre os dias

16 e 21 de maio, serão realizadas seis audiências públicas em Planaltina, Paranoá, Gama, Taguatinga, Lago Sul e Plano Piloto, que discutirão os principais problemas de todas as regiões administrativas do DF.

O GDF poderia fazer a reforma até 28 de janeiro de 2007, mas preferiu antecipá-la por causa do grande número de demandas, como a adequação urbanística do DF e a aplicação do Estatuto das Cidades, lançado pelo governo federal em 2001. Com a criação do estatuto, os planos diretores das cidades devem ser elaborados e revisados depois de audiências públicas com a população. A Lei Orgânica do DF também prevê a revisão periódica do PDOT.

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Meirelles da Mota, disse que mais de 200 reuniões estão previstas com a comunidade, entre elas encontros com associações de moradores e organizações não-governamentais. "Brasília é núcleo de uma metrópole com três milhões de habitantes, levando-se em consideração a população do Entorno", destacou. Ela acredita que é necessária uma modificação no plano territorial da cidade para adequá-lo à realidade. Segundo o último censo do IBGE, o DF tem 2 milhões de habitantes.

Kleber Lima/CB/27.9.04



DIANA MOTTA: A MODIFICAÇÃO DO PLANO TERRITORIAL DO DF É NECESSÁRIA PARA ADEQUÁ-LO À REALIDADE

São objetivos da revisão orientar o crescimento das cidades de forma ordenada quanto ao uso e ocupação do solo, a melhoria do transporte e da mobilidade urbana, o parcelamento da terra para habitação, a regularização fundiária e a correção de situações que provocam danos e riscos à vida dos cidadãos. Na prática, o PDOT vai definir áreas onde serão permitidas construções, instalações industriais e locais de preservação ambiental.

A comissão formada ontem pelo GDF será integrada por representantes de 14 secretarias,

três agências e outros sete órgãos do governo. Os membros (um de cada entidade) serão indicados pelos titulares da pasta. A expectativa do governo é de enviar a revisão para a Câmara Legislativa em junho para que o novo PDOT esteja em vigor no segundo semestre.

Roriz afirmou que a revisão ao PDOT será necessária para preparar o futuro da capital do país. "O DF ficou pequeno e a cidade cresceu muito", disse. De acordo com o governador, o GDF quer saber quais áreas são passíveis de crescimento e de que for-

ma isso poderá ser feito. Ele citou, durante a cerimônia de assinatura do decreto, que nos últimos anos foram criadas oito regiões administrativas para abrigar 160 mil famílias.

Informações

O GDF orienta os interessados em apresentar sugestões que participem das audiências públicas, procurem as administrações regionais, subadministrações, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) ou acessem o site www.seduh.df.gov.br.